



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

**VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS  
SUBTERRÂNEAS- CTAS**

A vigésima terceira reunião ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas- CTAS teve lugar na SEMA, 15º andar, auditório, Av. Borges de Medeiros, 261 - Centro Histórico - Porto Alegre, no dia 29 de julho de 2016, às dez horas. Membros Presentes: Comitê Turvo-Sta Rosa-Sto Cristo: Claucia Kapper; Comitê Mampituba: Jeferson Silveira; Comitê Taquari-Antas: Tiago de Vargas; Secretaria da Saúde: Luís Feijó; SEMA: Rejane de Abreu e Silva e Glaucus Vinícius Biasetto Ribeiro. Demais presentes: Fernando Meirelles – DRH/SEMA; Luciana Schneider: Associação dos Perfuradores RS; Gustavo Athayde: IPH/UFRGS; Marcos Leão: IPH/UFRGS; José Pedro Rebés Lima: UNIPAMPA; Claudio Oliveira: ABAS; Marcos Alexandre Freitas: CPRM; Marcelo Goffermann: CPRM Ausentes: Comitê Ijuí; Comitê Ibicuí; Comitê Camaquã; Comitê Litoral Médio; Comitê Cai; Comitê Gravataí; Secretaria da Saúde; SOP; Comando Ambiental BM. Ausência Justificada: Comitê Camaquã; Comitê Tramandaí. O presidente Tiago de Vargas, cumprimentando a todos, abriu os trabalhos às 10h00min horas do dia 29/07/2016. O Sr. Fernando Meirelles pergunta aos presentes se é possível criar regras para elaboração de um Termo de Referência para Poços Tubulares de diâmetros inferior a 4 polegadas, e se deve ter um responsável técnico, a empresa registro no CREA. (Engº Luis Sérgio Feijó) diz que procurou TR similar em pelo menos uns 7 ou 8 estados do Brasil e não encontrou nada; normalmente se encontra na legislação de 4 polegadas pra cima; Claudio diz que vendo a realidade de muitos locais, não só na região urbana, mas também na região rural, o pessoal não tem recurso para contratar um poço como manda a norma. Fernando comenta que se os presentes na reunião disserem que não é possível elabora o TR, o DRH irá articular com o SDR, mas se disserem que é possível o DRH terá que conseguir financiamento e falar com o BRDE. Claudio diz que o problema maior é a contaminação; é o poço servir como vetor; se o poço estiver com um bom selo terá contaminação; Fernando pergunta qual é o mínimo de segurança que é necessário para evitar contaminação do aquífero Claudio informa que o poço tendo selo está bom; Luciana Diz que se os poços existentes poderiam ser regularizados se estiverem bem construídos e com profissional se responsabilizando Tiago pergunta como que o profissional vai saber se poço foi bem construído; Fernando questiona como o Batalhão Ambiental BM vai saber que o poço foi bem feito; Claudio informa que só tem uma forma de averiguar, que é através da análise de água; se ela estiver com problema, deve fechar o poço; a análise pode ser direcionada: nitratos, análise bacteriológica, Luciana complementa citando a análise de óleos; (Membro) entende que o primeiro passo deve ser a empresa se registrar no CREA, como responsável técnico; em segundo lugar: quando for construir o poço vai ter que ter um projeto e o geólogo terá que assinar; Fernando diz que o DRH tem que seguir uma resolução; hoje seguimos a norma das 4 polegadas; então temos que levar para o Conselho uma resolução para inserir os poços com diâmetros inferiores a 4 polegadas; (Membro) entende que um projeto de poço deverá ter um selo sanitário; Fernando informa que o usuário doméstico está dispensado da outorga, desde que seja o uso da água para as necessidades básicas da vida; Rejane esclarece no SIOUT, ainda não entrou a dispensa de outorga; hoje, se alguém solicita dispensa de outorga quando vai construir poço tubular, o DRH pede documentos para dar dispensa de outorga, como o teste de vazão, mas deveria solicitar também a análise físico-química; Rejane ainda informa que o cadastro é o levantamento da demanda que se tem, o cadastro por si só não autoriza nada; o cadastro contabiliza o uso, mas não autoriza nada; o DRH ainda não entrou na discussão de como vai ser a dispensa de outorga pelo SIOUT; Fernando comunica que aqueles poços mal construídos e que possuem água contaminada não serão regularizados, serão cadastrados, e será solicitado o tamponamento; Fernando diz que o DRH possui parceria com o Batalhão Ambiental (600 homens para auxiliar na fiscalização), com o MP e com a CORSAN; Gustavo diz que é viável encontrar a maior parte dos poços irregulares se forem observados os aglomerados e relacionar com a não



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

54 existência de redes água; Fernando diz que se pode começar um trabalho desses sem  
55 termos claro dentro do sistema do CRH/DRH, o que se pode fazer e não se pode fazer; a  
56 questão da análise de qualidade da água, pode ser auxiliada pelo Vigi-água; é possível  
57 fazer regionalmente essa análise da água e dizer, se o aquífero está contaminado;  
58 Claudio comenta que o CREA é figura importantíssima, e poderia contribuir com ideias  
59 novas; (Membro) sugere que os poços de ponteira sejam inseridos dentro deste termo  
60 que será elaborado. Fernando comenta que será necessário diferenciar no TR poço de  
61 pequeno diâmetro escavado pelo processo de hidrojateamento de poço de pequeno  
62 diâmetro escavado por rotativo; não deixar dúvida nesta nomenclatura; Tiago pergunta se  
63 todos concordam em criar um GT, para discutir este assunto; Todos os presentes  
64 concordaram e se dispuseram a participar do GT. Tiago informa que ficou formado o  
65 grupo de trabalho, e a primeira reunião agendada para o dia 12 de agosto, às 10:00  
66 horas; Tiago informa que Sr. Fernando Meirelles vai falar da resolução; Fernando diz que  
67 irão tentar mostrar o módulo de homologação do SIOUT, e que a Universidade de Lavras  
68 não fechou ainda; mas antes de entrar neste assunto, Fernando apresenta a Resolução  
69 CRH encaminhada pelo CRH para parecer da CTAS. A resolução que é uma proposta do  
70 DRH está apresentando para o CRH, e que foi pedido para passar pela Câmara Técnica;  
71 Informa que esta Resolução concede prazo de um ano para regularização da captação  
72 de água subterrânea por poços, mediante cadastro no Sistema de Outorga de Água do  
73 Rio Grande do Sul – SIOUT. Fernando diz que esta Resolução atinge a área rural.  
74 (Membro) questiona dois pontos, (1º) o pequeno produtor não terá condições de fazer  
75 teste de bombeamento, etc e tal, (2º) não vai ter acesso a internet, online; -Fernando  
76 responde que a FETAG está com o DRH no processo inteiro, então é ela vai dizer se os  
77 produtores terão condições de fazer teste de bombeamento e qualidade da água; não  
78 trabalhamos isolados das federações, então a criamos e discutimos com as federações e  
79 depois se vê a estratégia para resolver; então o pequeno produtor estará logado através  
80 da FETAG; a FETAG assumiu o compromisso frente ao governo do estado, dessa parte  
81 da informática ela o sindicato do trabalhador rural resolvem. A CTAS aprova a Resolução  
82 apresentada pelo Sr. Fernando. Não foi possível demonstrar o SIOUT por falta de acesso  
83 via internet. Fernando informa que o SIOUT estará disponível a partir do dia 5 de agosto.  
84 O Presidente da CTAS encerrou a reunião às 13 horas e 13 minutos, e Tiago de Vargas  
85 foi o relator.